12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável

12th Africa Regional Forum on Sustainable Development

12º Foro Regional Africano sobre el Desarrollo Sostenible

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

Resumo. Este informe relata as conclusões do 12º Fórum regional africano sobre desenvolvimento sustentável, realizado em Adis Abeba em abril de 2026. A "Declaração de Adis Abeba" sublinha a urgência de acelerar a implementação das Agendas 2030 (ONU) e 2063 (União Africana), dado que o progresso em indicadores críticos como água, energia e industrialização está aquém das metas. O texto destaca a necessidade de financiamento inovador, soberania financeira e reformas na arquitetura financeira global para enfrentar o défice de investimento em África. Propõe ações coordenadas em áreas como resiliência climática, infraestrutura digital e nexo água-alimento-energia, reforçando o compromisso de "não deixar ninguém para trás".

Palavras-chave: África. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2063. Resiliência Climática. Financiamento.

Abstract. *This report details the conclusions of the 12th Africa Regional Forum on Sustainable Development, held in Addis Ababa in April 2026. The "Addis Ababa Declaration" underscores the urgency of accelerating the implementation of the 2030 Agenda (UN) and Agenda 2063 (African Union), as progress on critical indicators such as water, energy, and industrialization falls short of the targets. The text highlights the need for innovative financing, financial sovereignty, and reforms to the global financial architecture to address the investment deficit in Africa. It proposes coordinated actions in areas such as climate resilience, digital infrastructure, and the water-food-energy nexus, reinforcing the commitment to "leave no one behind".*

Keywords: *Africa. Sustainable Development. Agenda 2063. Climate Resilience. Financing.*

Resumen: *Este informe relata las conclusiones del 12º Foro Regional Africano sobre el Desarrollo Sostenible, celebrado en Addis Abeba en abril de 2026. La "Declaración de Addis Abeba" subraya la urgencia de acelerar la implementación de las Agendas 2030 (ONU) y 2063 (Unión Africana), dado que el progreso en indicadores críticos como agua, energía e industrialización está por debajo de las metas. El texto destaca la necesidad de financiación innovadora, soberanía financiera y reformas en la arquitectura financiera global para enfrentar el déficit de inversión en África. Propone acciones coordinadas en áreas como resiliencia climática, infraestructura digital y el nexo agua-alimento-energía, reforzando el compromiso de "no dejar a nadie atrás".*

Palabras clave: África. Desarrollo Sostenible. Agenda 2063. Resiliencia Climática. Financiación.

Comissão Econômica da ONU para África (UNECA-ECA)

12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável

Na iminência do fecho do Informe 06-26, chamamos à atenção pela realização do 12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável (12th ARFSD, *Africa Regional Forum on Sustainable Development*), evento anual destinado ao acompanhamento e à revisão integrados da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos Objetivos da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana.

Tal como nas edições anteriores, este 12º Fórum Regional foi organizado conjuntamente pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África, (UNECA), em colaboração com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades do sistema das Nações Unidas.

Sob o lema "*Inverter a Maré: Ações transformativas e coordenadas para a Agenda 2030 e a Agenda 2063*", o evento reuniu ministros, altos funcionários, especialistas e profissionais da área da sustentabilidade provenientes dos Estados-Membros da ECA, setor privado, juventude, sociedade civil, instituições académicas e parceiros de desenvolvimento.

Resumo do 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável

A Comissão Económica para África (UNECA), em colaboração com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e entidades do sistema das Nações Unidas[6], organizou o 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável no Centro de Conferências das Nações Unidas em Adis Abeba, num formato híbrido que combinou a participação presencial e online, de 28 a 30 de abril de 2026.

Resumindo, podemos afirmar que o Fórum contou com a presença de mais de 1 500 participantes presenciais e mais de 1 200 participantes *online*, incluindo ministros e representantes de alto nível dos governos dos 48 Estados-Membros da UNECA, organismos intergovernamentais, entidades das Nações Unidas, outras organizações internacionais, grupos principais e outras partes interessadas.

O Fórum decorreu sob o tema acima referido intimamente alinhado com o tema da reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente '*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda*

[6] The following entities of the United Nations system were involved as partners in that process: Department of Economic and Social Affairs, Development Coordination Office, Food and Agriculture Organization of the United Nations, International Labour Organization, International Organization for Migration, Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Office of the Special Adviser on Africa, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, United Nations Children's Fund, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Development Programme, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN-Women), United Nations Environment Programme, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), United Nations Industrial Development Organization, United Nations Office for Disaster Risk Reduction, United Nations Office to the African Union, United Nations Population Fund, United Nations Sustainable Development Group, United Nations Volunteers programme, World Food Programme and World Trade Organization.

2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, rumo a um futuro sustentável para todos'.

A abertura oficial ficou a cargo da Primeira-Ministra do Uganda e Presidente da Mesa cessante, Robinah Nabbanja. Os discursos de abertura foram proferidos pela Sra. Nabbanja; pelo Secretário Executivo da UNECA, Claver Gatete; pelo Presidente do Conselho Económico e Social, Lok Bahadur Thapa; pela Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Selma Haddadi; e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Destacando os progressos alcançados desde o anterior Fórum, a Sra. Nabbanja afirmou que o impulso se manteve graças às reuniões da Mesa e ao reforço da presença africana em plataformas globais, tais como a reunião de 2025 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento e a 30ª sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Tendo em conta as lacunas ainda por resolver no financiamento climático, na inovação e nas parcerias, era necessário impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação e aprofundar a integração regional. As prioridades do continente para o futuro consistiam em promover a ligação entre a paz e o desenvolvimento; alavancar a implementação do Acordo que institui a Zona de Comércio Livre Continental Africana para impulsionar o desenvolvimento sustentável; e investir nos transportes, nas infraestruturas e na logística para reduzir custos e atrair investimento.

O Secretário Executivo da UNECA afirmou que o abrandamento do crescimento, as desigualdades, as pressões orçamentais, os choques climáticos e as tensões geopolíticas representam desafios globais cada vez maiores, exigindo uma coligação africana unida para colmatar o fosso entre a ambição climática e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As prioridades para África consistiam em tratar os serviços essenciais e as infraestruturas como ativos económicos; colmatar o défice de financiamento das infraestruturas; tirar partido da urbanização; promover em paralelo as transições digital e verde; e reforçar a recolha de dados, as instituições, a cooperação regional e as parcerias para a implementação em grande escala da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana.

O Presidente do Conselho Económico e Social afirmou que o desenvolvimento africano se vê limitado por conflitos, instabilidade económica, desigualdades e grandes lacunas nas infraestruturas, no acesso à eletricidade e no abastecimento de água. O Conselho manteve o seu compromisso de apoiar África através de iniciativas destinadas a reforçar o financiamento do desenvolvimento e a resiliência climática, bem como a promover a igualdade, a inclusão digital e a ciência e inovação, e afirmou o importante papel dos jovens como motores do desenvolvimento. Apelando ao investimento no emprego e no empreendedorismo, a um financiamento equitativo e a uma mobilização mais forte dos recursos internos, reafirmou o compromisso do Conselho com o multilateralismo e o seu empenho em traduzir os compromissos em ações concretas.

A Sra. Haddadi afirmou que os desafios globais e regionais continuavam a atrasar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063. Foram alcançados progressos iniciais no cumprimento do II Plano de Implementação Decenal (2024–2033) da Agenda 2063, através de projetos emblemáticos centrados na integração regional e na governação. No entanto, subsistiam desafios críticos no que diz respeito ao financiamento dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, à adaptação às alterações climáticas e à capacidade de implementação das duas agendas. O Quadro da União Africana-Nações Unidas para a Implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030 desempenhou um papel vital na mobilização de financiamento, no reforço das instituições e na promoção da inovação. Apelou a um aumento do investimento no abastecimento de água, a parcerias mais fortes e a uma vontade política sustentada, reafirmando simultaneamente o compromisso da Comissão da União Africana em avançar com a implementação das duas agendas.

Num discurso transmitido por vídeo gravado, o Secretário-Geral apelou a uma ação acelerada para enfrentar os desafios estruturais que estão a impedir o desenvolvimento africano, incluindo o acesso limitado à água e à eletricidade, os choques climáticos, o peso da dívida e as barreiras comerciais. Salientou que a Zona de Comércio Livre Continental Africana, as energias renováveis, a conectividade digital e a força de trabalho jovem do continente devem ser aproveitadas para acelerar os esforços no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Referiu que era urgentemente necessária uma reforma do sistema financeiro internacional para garantir uma representação africana justa, uma solidariedade global mais forte e um aumento do investimento em energia limpa, eletrificação e financiamento acessível ao desenvolvimento, de modo a apoiar a industrialização e uma transição energética justa.

As mensagens-chave incluem ações e recomendações transformadoras e coordenadas para África, com vista a acelerar os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e os objetivos e aspirações da Agenda 2063 a vários níveis, bem como o contributo coletivo da região para a reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e para a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026, destinada a acelerar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 6 que é garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos.

Relativamente a *intensificar ações transformadoras e coordenadas* no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana, os participantes debateram formas de acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, abordando a fragmentação persistente nos sistemas de planeamento, financiamento e execução. Recomenda-se adotar abordagens de planejamento sistémicas e integradas, alinhando os planos, orçamentos e quadros de resultados nacionais e subnacionais com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, e passar de abordagens setoriais fragmentadas para sistemas que envolvam todo o governo e aproveitar as plataformas regionais e globais, incluindo o Fórum Urbano Mundial, o Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável e as revisões da Nova Agenda Urbana, para promover soluções integradas para cidades sustentáveis e acelerar os progressos na implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 em grande escala.

No que diz respeito à *mobilização do financiamento para a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável em África*, os participantes debateram formas de fazer face aos obstáculos estruturais ao desenvolvimento e ao financiamento climático, incluindo o elevado custo de capital, a fraca mobilização de recursos internos, o número limitado de projetos viáveis financeiramente em fase de preparação e as abordagens de financiamento fragmentadas e isoladas por setor. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre fortalecer a mobilização de recursos internos e a gestão das finanças públicas, melhorar os sistemas fiscais, a eficiência das despesas e a governação orçamental, com vista a financiar a resiliência climática, as

infraestruturas e os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçar a capacidade dos mecanismos de financiamento regionais e sub-regionais, incluindo as instituições de financiamento do desenvolvimento, para mobilizar e atrair capitais público e privado em grande escala através de instrumentos inovadores, tais como obrigações verdes, trocas de dívida por medidas climáticas e mercados de carbono e fortalecer a canalização do financiamento climático para a concretização integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em setores como a energia, a água, os transportes, a indústria, as cidades e a saúde, a fim de apoiar a transformação estrutural e um crescimento inclusivo e resiliente às alterações climáticas.

Quanto ao *pleno emprego e trabalho digno para todos*, *a redução da pobreza e a proteção social em África*, os participantes debateram formas de promover o emprego, a redução da pobreza e a proteção social, abordando desafios interligados através de abordagens integradas e alinhando os compromissos estabelecidos na Declaração Política de Doha da 'Cúpula Social Mundial', sob o título 'Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social', com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, com o objetivo de impulsionar ações eficazes a nível nacional e local. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre reforçar abordagens integradas que articulem o emprego, a proteção social e a redução da pobreza, acelerar a criação de empregos dignos, em particular para os jovens e as mulheres, através do desenvolvimento de competências e da adaptação às necessidades do mercado de trabalho, apoiar as micro, pequenas e médias empresas, garantindo um melhor acesso ao financiamento, à tecnologia e às oportunidades criadas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana e harmonizar os programas para reduzir a fragmentação e apoiar uma implementação coerente a nível nacional.

Relativamente a *Avaliações Voluntárias*, a nível nacional e local, baseadas em dados concretos, para impulsionar ações transformadoras e coordenadas no âmbito da Agenda 2030 e da Agenda 2063, os participantes destacaram o papel crescente das Revisões Voluntárias a nível nacional e local enquanto instrumentos estratégicos para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, sublinhando a necessidade de reforçar a coerência das políticas, a coordenação e a confiança entre os níveis nacional e subnacional. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre fortalecer o papel das Revisões Voluntárias a nível nacional e local, enquanto instrumentos integrados e baseados em dados concretos para reforçar a responsabilização e acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, através de uma melhor coordenação a vários níveis, promover a adaptação eficaz da Agenda 2030 e da Agenda 2063 aos contextos locais, reforçando o papel dos governos locais, fortalecendo a capacidade institucional, garantindo que as abordagens de adaptação sejam inclusivas e integrando dados locais e nacionais para traduzir as conclusões da revisão em ações concretas e os decisores políticos a nível nacional e sub-regional devem aumentar o financiamento disponível e reforçar as parcerias para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, recorrendo a mecanismos de financiamento inovadores e à mobilização de recursos internos, promovendo simultaneamente a aprendizagem contínua, a confiança e a responsabilização através de processos de revisão iterativos e de um envolvimento sustentado de múltiplas partes interessadas.

Nas discussões sobre a *ciência, a inovação e as tecnologias* de ponta para ampliar as ações transformadoras e coordenadas no âmbito da Agenda 2030 e da Agenda 2063, os participantes debateram aspetos fundamentais do desempenho africano em matéria de ciência, tecnologia e inovação e os progressos alcançados nas iniciativas lançadas no Fórum anterior. À

luz dos debates, o Fórum concordou que todos os implicados devem coordenar a implementação de políticas e quadros regulamentares em matéria de Inteligência Artificial (IA) e infraestruturas públicas digitais, a fim de aproveitar essas tecnologias como bens públicos, com vista a garantir a coerência, a eficiência e a soberania digital, assegurar que a governação da IA em África assenta numa base simples, estável e comum de normas mínimas globais, que essa governação se centre fundamentalmente nas prioridades africanas e tenha em conta o contexto, e que os países africanos tenham soberania sobre os seus dados, o que deve incluir a utilização de línguas locais; adotar tecnologias inovadoras nas áreas da água e do digital, apoiadas por financiamento adequado e por plataformas sólidas de colaboração multissetorial, que são essenciais para proporcionar soluções escaláveis e garantir compromissos vinculativos, em particular através da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 para acelerar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6; alinhar a investigação e o desenvolvimento com a transformação industrial, a fim de estabelecer parcerias eficazes e desenvolver sistemas de dados e estatísticos sólidos e coordenados, reforçar a capacidade técnica e garantir um compromisso político sustentado para a articulação eficaz entre a investigação, o desenvolvimento de competências e o crescimento industrial; e promover e concretizar plataformas continentais de *ciência aberta* que apoiem a inovação aberta, o *acesso aberto* e a *diplomacia científica*, como forma de reforçar a competitividade africana nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação, com vista a apoiar e financiar a implementação da *Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2034*.

E por fim, as discussões relativas à *consolidação dos progressos alcançados* no âmbito da Agenda 2030 e as reflexões africanas sobre a definição do quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030, os participantes refletiram sobre as considerações que poderiam ser incorporadas no quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre as seguintes mensagens-chave:

- Impulsionar uma ação coordenada e coletiva através do reforço de estratégias de propriedade nacional, parcerias e cooperação multilateral nas áreas das finanças, ciência e tecnologia e colaboração transfronteiriça, com o apoio da CEA, de outras entidades das Nações Unidas e das equipas de país das Nações Unidas, da Comissão da União Africana, da Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, das comunidades económicas regionais, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros bancos regionais, bem como dos parceiros de desenvolvimento, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 e de moldar de forma proativa o quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030;
- Concretizar os compromissos através da obtenção de resultados, colocando as pessoas — em particular os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e os membros de outras comunidades vulneráveis — no centro do desenvolvimento, reforçando as instituições e aumentando o financiamento, a responsabilização e o investimento na educação e no emprego, nomeadamente através da institucionalização de mecanismos para o envolvimento de jovens, mulheres, pessoas com deficiência e membros de outras comunidades vulneráveis, especialmente nas zonas rurais e a nível subnacional, que permita a cocriação, a tomada de decisões inclusiva e a prestação de contas;
- Reforçar o envolvimento coletivo de África no processo de definição do quadro global de desenvolvimento pós-2030, através da formulação de contributos coordenados a

nível nacional, sub-regional e continental, assentes na Agenda 2063 e no seu segundo plano decenal de implementação, e promovendo uma abordagem centrada nas pessoas, digna e baseada nos direitos humanos, na perspetiva da Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a realizar sob os auspícios da Assembleia Geral em 2027;

- Reforçar a coordenação entre os quadros de desenvolvimento globais, continentais e sub-regionais, a fim de reduzir a fragmentação e garantir que as prioridades económicas, sociais e ambientais — incluindo a resiliência a choques — sejam abordadas de forma integrada;
- Promover uma transformação estrutural da economia resiliente às alterações climáticas, dando prioridade à capacidade produtiva, à integração económica regional, à valorização e a infraestruturas resilientes, aos sistemas de inovação e à difusão de tecnologias digitais junto das micro, pequenas e médias empresas e das empresas do setor informal, enquanto pilares fundamentais da agenda de desenvolvimento pós-2030;
- Reforçar a mobilização de recursos internos, a gestão das finanças públicas e as instituições de supervisão financeira, a fim de ampliar a margem de manobra orçamental, aumentar a responsabilização e reforçar o contrato social, em conformidade com as normas pertinentes em matéria de direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- Combater os fluxos financeiros ilícitos e apoiar a soberania financeira através da reforma da arquitetura financeira global e de uma melhor mobilização de recursos internos;
- Promover um quadro de desenvolvimento orientado para o futuro, no qual a preparação para os riscos, a resiliência, a equidade intergeracional e as estratégias para não deixar ninguém para trás sejam integradas como condições essenciais para sustentar os ganhos em matéria de desenvolvimento para além de 2030;
- Proporcionar financiamento previsível, a longo prazo e em condições favoráveis, a par da reforma da arquitetura financeira global, a fim de apoiar os esforços de adaptação, o desenvolvimento de infraestruturas e o investimento destinados a reforçar a resiliência face a choques globais, sem agravar a vulnerabilidade da dívida;
- Reforçar os mecanismos de coordenação africanos para fazer face aos riscos transfronteiriços, apoiar a partilha equitativa dos bens públicos e acelerar a concretização dos resultados de desenvolvimento relacionados com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, através da colaboração entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e as entidades do sistema das Nações Unidas a nível nacional, regional e global, a Plataforma de Colaboração Regional para África e as suas coligações centradas em oportunidades e questões específicas, a Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o Grupo de Trabalho técnico da Agenda 2063, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outros bancos multilaterais africanos, a fim de apoiar uma preparação coerente, inclusiva e baseada em dados concretos para o quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030.

O Fórum analisou e aprovou, por unanimidade, o resumo acima apresentado bem como o projeto de **Declaração de Adis Abeba** cuja síntese abaixo se apresenta.

Declaração de Adis Abeba

“Inversão da maré: ações transformativas e coordenadas para a Agenda 2030 e a Agenda 2063”

Nós, Ministros africanos e altos funcionários responsáveis pelo meio ambiente e desenvolvimento sustentável, finanças, planejamento, desenvolvimento econômico e social, agricultura, recursos hídricos e marinhos, gestão de terras, energia, urbanização e assentamentos humanos, indústria, infraestrutura, estatística, economia digital, ciência, tecnologia e inovação, e relações exteriores, juntamente com chefes e membros de delegações de parlamentos e especialistas que representam governos e organizações intergovernamentais, entidades do sistema das Nações Unidas, o setor privado, a comunidade acadêmica, a sociedade civil, instituições culturais e comunidades de fé,

Reunidos online e presencialmente em Adis Abeba, de 28 a 30 de abril de 2026, no 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada sob o tema Inverter a maré: ações transformadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana,

Expressando apreço pela participação do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, da Vice-Secretária-Geral das Nações Unidas, Amina Mohammed, da Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Selma Malika Haddadi, do Presidente do Conselho Econômico e Social, Lok Bahadur Thapa, e da Primeira-Ministra de Uganda, Robinah Nabbanja,

Elogiando a Comissão Econômica para a África, juntamente com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades das Nações Unidas, por terem organizado o Fórum, que foi definido por deliberações inclusivas e interativas que produziram resultados eficazes, tais como:

(a) Discussões frutíferas e de alta qualidade e aprendizagem entre pares sobre as melhores práticas e o progresso alcançado na África em direção à consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, sobre garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, do Objetivo 7, sobre garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos, do Objetivo 9, sobre a construção de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento da inovação, do Objetivo 11, sobre tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e do Objetivo 17, sobre o reforço dos meios de implementação e a revitalização da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, e os objetivos correspondentes da Agenda 2063, com foco especial no segundo plano decenal de implementação (2024-2033) da Agenda 2063, levando em conta a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e o bem-estar das crianças,

(b) Consenso sobre mensagens-chave e a Declaração de Adis Abeba, articulando as prioridades africanas e ações transformadoras e coordenadas para acelerar o progresso na Agenda 2030 e na Agenda 2063 e servindo como contribuição regional para a reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, a Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, e o Fórum Mundial da Água, e sobre medidas de acompanhamento da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e a trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima,

(c) Discussões produtivas sobre intervenções implementáveis e financiadas destinadas a acelerar o progresso em direção ao cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063,

(d) Reforço da capacidade dos 19 Estados africanos que estão realizando revisões nacionais voluntárias em 2026 para realizar as revisões e apresentar os relatórios associados na reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável,

(e) Fornecimento de conhecimentos, competências e ferramentas aos membros da Comissão Econômica para a África, sociedade civil, jovens, empresas privadas, instituições acadêmicas e parceiros de desenvolvimento para levar a cabo soluções e ações políticas transformadoras e coordenadas para acelerar e expandir o progresso na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Agenda 2063 e seu segundo plano decenal de implementação,

(f) Formulação de considerações africanas sobre a definição das prioridades de desenvolvimento sustentável até 2030 e o quadro das Nações Unidas pós-2030 para o desenvolvimento sustentável,

(g) Forjar novas parcerias multissetoriais e reforçar as parcerias existentes para mobilizar e prestar um apoio forte e coordenado, incluindo assistência financeira, tecnológica e de desenvolvimento de capacidades para a implementação de projetos e iniciativas alinhados com os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063, incluindo os laboratórios de impacto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o segundo plano decenal de implementação,

Observando com profunda preocupação que o progresso na África em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está muito fora do caminho, com pouco tempo restante antes do prazo de 2030, e que o alcance dos cinco Objetivos selecionados para serem abordados durante a reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável está atrasado, conforme ilustrado pelo seguinte:

(a) O progresso é lento em 12 Objetivos e está regredindo em 5, apesar da necessidade urgente de acelerar a ação, restando menos de cinco anos até 2030,

(b) Dos 28 países em todo o mundo em que mais de um quarto da população carecia de acesso a serviços básicos de água potável entre 2015 e 2024, 24 estavam na África Subsaariana, onde a busca por água resultou na perda de 40 bilhões de horas de trabalho das mulheres por ano, representando um enorme custo de oportunidade para as famílias e economias, e em 2020 cerca de 387 milhões de pessoas naquela área careciam de acesso a água potável básica,

(c) Em 2025, cerca de 600 milhões de pessoas na África, um número desproporcional delas mulheres e meninas representando aproximadamente 43 por cento da população, careciam de acesso à eletricidade, representando mais de 80 por cento da população global sem eletricidade,

(d) A base industrial da África permanece fraca, com apenas 2 por cento de participação no valor agregado da manufatura global,

(e) Entre 2014 e 2022, a proporção da população urbana africana que vivia em favelas ou assentamentos informais diminuiu apenas marginalmente, e permaneceu quase o dobro da média global em 2022,

(f) A região enfrenta uma lacuna de financiamento anual substancial estimada entre 670 bilhões e 848 bilhões de dólares dos Estados Unidos, face a uma necessidade de investimento anual global entre 802 bilhões e 1,67 trilhão de dólares dos Estados Unidos, apenas para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

(g) Os fluxos financeiros para a região aos níveis nacional e local permanecem voláteis, incluindo flutuações no investimento estrangeiro direto e na assistência oficial ao desenvolvimento, enquanto o aumento da dívida restringiu ainda mais o espaço fiscal e colocou vários países em risco elevado de sobre-endividamento,

Observando também com profunda preocupação os desafios e retrocessos significativos e interligados decorrentes da desigualdade e da pobreza multidimensional e intergeracional,

Expressando profunda preocupação pelo fato de milhões de crianças africanas continuarem a enfrentar acesso limitado a água potável e saneamento, fornecimento de energia não confiável para alimentar os serviços de saúde e educação, infraestruturas inadequadas e ambientes urbanos inseguros e mal servidos, e que existe, portanto, uma necessidade de garantir a equidade e a inclusão, inclusive para aqueles em

áreas rurais, assentamentos informais e contextos frágeis e afetados por conflitos, e comunidades expostas a choques relacionados com o clima,

Reafirmando o nosso compromisso com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e as aspirações da Agenda 2063, juntamente com os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, e a implementação integrada e completa da Agenda 2030 e da Agenda 2063, inclusive através de ações transformadoras e coordenadas em escala e velocidade,

Reafirmando também a declaração ministerial adotada pela Conferência de Ministros Africanos das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico e outros resultados da quinquagésima oitava sessão da Comissão Econômica para a África, realizada em Tânger, Marrocos, de 28 de março a 3 de abril de 2026, os resultados do Fórum de Negócios da África 2026, realizado em Adis Abeba em 16 e 17 de fevereiro de 2026, a Declaração de Nairóbi adotada no Segundo Fórum Urbano da África, realizado em Nairóbi de 8 a 10 de abril de 2026, o relatório de resultados e outras decisões acordadas na trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Belém, Brasil, de 10 a 21 de novembro de 2025, o Compromisso de Sevilha adotado na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, o relatório de resultados da Conferência das Nações Unidas de 2025 para Apoiar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, realizada em Nice, França, de 9 a 13 de junho de 2025, a Declaração Política de Doha da Cúpula Social Mundial sob o título Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, adotada na Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Doha de 4 a 6 de novembro de 2025, e a declaração ministerial adotada no fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável convocado sob os auspícios do Conselho Econômico e Social, realizado em Nova York de 14 a 23 de julho de 2025,

Reafirmando ainda as mensagens-chave e declarações adotadas nas sessões anteriores do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, Reiterando o nosso compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas como um pilar central do desenvolvimento sustentável,

Saudando as discussões realizadas e decisões adotadas na trigésima nona sessão ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Adis Abeba em 14 e 15 de fevereiro de 2026, sobre o tema Garantir a disponibilidade de água sustentável e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2063,

Saudando também o fato de a Etiópia vir a sediar a trigésima segunda sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que proporcionará uma oportunidade para a África impulsionar a passagem dos compromissos para a implementação, promover soluções lideradas pela África sobre adaptação, resiliência e financiamento climático, e produzir resultados climáticos que respondam às realidades africanas e promovam os caminhos de desenvolvimento a longo prazo do continente,

Saudando ainda a Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 como uma oportunidade oportuna para galvanizar os esforços globais para acelerar o progresso na consecução do Objetivo 6, promovendo ao mesmo tempo as prioridades de água e saneamento na África em linha com a Agenda 2063,

Sublinhando a importância da Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser convocada sob os auspícios da Assembleia Geral em 2027, como uma plataforma vital para a África moldar caminhos de desenvolvimento sustentável pós-2030 que estejam alinhados com a Agenda 2063 e se baseiem nas lições aprendidas,

Cientes de que as tecnologias de fronteira e a inovação podem ser utilizadas para desbloquear o potencial de crescimento da África e aumentar a competitividade das economias africanas através do crescimento da produtividade e da diversificação,

Reconhecendo o papel crítico do setor privado, incluindo investidores, empresas lideradas por mulheres e empresas lideradas por jovens, não apenas como fonte de capital, mas também como impulsionador de empregos, inovação tecnológica, cadeias de valor, transformação industrial e soluções práticas nos setores que mais importam para o desenvolvimento sustentável,

Sublinhando a oportunidade oferecida pelo Fórum de Impacto do Desenvolvimento da África, liderado pela Comissão Econômica para a África, para impulsionar a implementação e traduzir compromissos políticos em resultados escaláveis e de alto impacto, inclusive através da criação de emprego, crescimento econômico inclusivo e o alcance acelerado dos objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063,

Saudando o lançamento de laboratórios de impacto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o segundo plano decenal de implementação como uma iniciativa do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, concebida para impulsionar a inovação e liderança lideradas pela África na aceleração do progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao cumprimento da Agenda 2063, através da cocriação, pilotagem e expansão de intervenções transformadoras,

Pela presente:

1. Instamos os membros da Comissão Econômica para a África, as organizações regionais, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento a intensificarem a ação transformadora e coordenada e a criarem um ambiente político propício à aceleração da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

2. Apelamos aos participantes na reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, na Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 e em outros fóruns globais, regionais e sub-regionais relevantes para considerarem e assumirem, como parte dos seus respectivos resultados, os seguintes compromissos alinhados com as prioridades de África:

(a) Em relação à água limpa e saneamento e à garantia de disponibilidade de água sustentável e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana:

(i) Mobilizar e reforçar a liderança e o compromisso político e técnico inclusivo aos níveis regional, sub-regional, nacional e local, a fim de acelerar o progresso rumo ao Objetivo 6, juntamente com os objetivos da Visão da Água para África 2063 e sua Política;

(ii) Formular e implementar políticas, planos e programas de desenvolvimento de capacidades robustos e baseados em evidências aos níveis regional, nacional e local para alcançar resultados mensuráveis relacionados com o Objetivo 6 e os objetivos da Visão da Água para África 2063 e sua Política;

(iii) Promover o estatuto da água como um pilar estratégico da criação de emprego, do crescimento e do desenvolvimento sustentável global, aproveitando o seu valor político, econômico e social em todos os quadros de desenvolvimento nacionais e regionais;

(iv) Mobilizar financiamento sustentável e inovador, inclusive do setor privado, e adotar modelos de financiamento personalizados para apoiar a implementação da Visão da Água para África 2063 e sua Política e do Objetivo 6;

(v) Alavancar a Visão da Água para África 2063 e sua Política e a Estratégia de Água e Saneamento para todo o Sistema das Nações Unidas, juntamente com o Quadro de Aceleração Global do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, a fim de reforçar a governança e os investimentos intersetoriais e inclusivos na água e impulsionar a coerência, a coordenação e o impacto mensurável nas comunidades rurais e aos níveis subnacional, nacional e regional;

(vi) Reforçar os arranjos operacionais para recursos compartilhados de águas superficiais e subterrâneas através de esforços conjuntos para harmonizar a recolha e o uso de dados, planejamento conjunto,

financiamento sustentado e cooperação institucional, posicionando assim as águas transfronteiriças como ativos para a resiliência climática, segurança alimentar e consolidação da paz;

(vii) Conceber intervenções sensíveis ao gênero na área de água, saneamento e higiene que sejam lideradas por mulheres e jovens, baseadas em experiências vividas e adaptadas às necessidades de jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados;

(viii) Integrar intervenções de água, saneamento e higiene sensíveis ao gênero em políticas, orçamentos e padrões de saúde holísticos para garantir serviços de água e saneamento seguros, acessíveis e dignos para mulheres, jovens, adolescentes e pessoas com deficiência;

(ix) Integrar a adaptação climática e a redução do risco de desastres na gestão dos recursos hídricos e no planejamento de água, saneamento e higiene, priorizando a gestão do risco de seca e inundação, a resiliência das águas subterrâneas, a proteção dos ecossistemas e os esforços ao nível da bacia, a fim de reduzir a vulnerabilidade e reforçar a resiliência;

(x) Proteger, restaurar e gerir de forma sustentável rios, lagos, zonas úmidas, florestas e ecossistemas de recarga de águas subterrâneas como infraestrutura natural para a segurança hídrica, biodiversidade e resiliência;

(xi) Prevenir ou reduzir significativamente a poluição da água por águas residuais, plásticos, produtos químicos perigosos, mineração, agricultura e fontes industriais através de uma regulamentação reforçada e abordagens de economia circular;

(xii) Ampliar o tratamento e a reutilização de águas residuais e a recuperação de recursos hídricos, a fim de expandir a disponibilidade de água, reduzir a poluição e gerar empregos verdes;

(b) Em relação à energia acessível e limpa:

(i) Expandir soluções descentralizadas de energia renovável, inclusive através de modelos de negócios viáveis, de modo a acelerar o desenvolvimento de energia sustentável;

(ii) Incorporar a sustentabilidade do ciclo de vida e os princípios de uma transição justa em todos os investimentos em energia, garantindo que os benefícios sejam amplamente partilhados e que os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis sejam protegidos;

(iii) Promover modelos e parcerias que mobilizem financiamento em escala para investimentos em energia acessível e limpa para alimentar serviços sociais essenciais;

(iv) Mobilizar capital internacional e doméstico acessível, inclusive do setor privado, para soluções integradas e inclusivas de energia sustentável;

(v) Reforçar os pools regionais de energia e as conexões transfronteiriças para melhorar a partilha de recursos, reduzir custos e aumentar a confiabilidade para a indústria e os grandes consumidores;

(vi) Integrar a eficiência energética e a digitalização em todos os aspectos do planejamento e implementação de energia;

(vii) Elevar a cozinha limpa inclusiva e sensível ao gênero como uma prioridade central de desenvolvimento e saúde pública, com financiamento dedicado e apoio institucional;

(c) Em relação à indústria, inovação e infraestrutura:

(i) Adotar estratégias industriais viradas para o futuro e regionalmente alinhadas que abordem megatendências, incluindo a transição para energia verde, inteligência artificial e conectividade digital, mudança nas cadeias de suprimentos, mudanças demográficas e transformação do sistema alimentar, a fim de promover uma industrialização inclusiva, focada localmente e sustentável;

(ii) Reforçar a estruturação, a bancabilidade e a entrega de projetos industriais e de infraestrutura, explorar inovações de financiamento, incluindo soluções de financiamento misto e troca de dívida, e estabelecer mecanismos de monitoramento eficazes;

(iii) Ampliar o investimento direcionado e centrado na comunidade em infraestrutura resiliente ao clima e integrar o planejamento energético na implantação e operação de infraestrutura digital;

(iv) Priorizar uma economia digital inclusiva e sensível ao gênero como um motor da industrialização, criação de empregos decentes e diversificação;

(v) Tomar medidas urgentes para implantar tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, desenvolver competências digitais e apoiar a plena participação das empresas em todos os aspectos da atividade digital;

(vi) Colmatar as lacunas de infraestrutura, com vista a permitir que os países beneficiem plenamente da integração regional e do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana;

(vii) Promover o consumo e a produção sustentáveis, aplicando os princípios de uma economia circular inclusiva e de um bom design de produto e através de estilos de vida sustentáveis, políticas de eficiência de recursos, iniciativas de resíduo zero, redução da exposição a produtos químicos perigosos e ações que minimizem a poluição do ar, do solo, da terra e da água;

(viii) Promover o acesso à ciência e tecnologia para mulheres, jovens e crianças, reforçando a sua capacidade, incluindo a sua capacidade de aprendizagem digital e literacia digital;

(d) Em relação a cidades e comunidades sustentáveis:

(i) Integrar o planejamento econômico e espacial para que as cidades possam gerar ativamente empregos decentes, apoiar a manufatura e os serviços e impulsionar a transformação estrutural;

(ii) Promover o planejamento econômico e espacial integrado e coordenado através de abordagens participativas e baseadas em evidências, permitindo assim que as cidades gerem emprego decente e produtivo e serviços de cuidados, promovam a industrialização e setores de serviços dinâmicos, e impulsionem a transformação estrutural inclusiva, verde e sustentável;

(iii) Aumentar os investimentos direcionados, inclusive do setor privado, para impulsionar o desenvolvimento urbano centrado nas pessoas e inclusivo e uma mudança da gestão do crescimento urbano para o uso das cidades como motores de transformação inclusiva e estrutural que podem alavancar os corredores da Área de Livre Comércio Continental Africana, com vista a facilitar a participação em cadeias de valor regionais e transições digitais;

(iv) Ampliar as estratégias de habitação inclusiva que melhorem a acessibilidade financeira, a segurança da posse, a qualidade da construção e a disponibilidade de serviços públicos, combinando proteções legais com métodos de construção resilientes e energeticamente eficientes para requalificar favelas e assentamentos informais;

(v) Institucionalizar o planejamento integrado do uso da terra e o desenvolvimento orientado para o transporte, no qual a infraestrutura verde está inserida, e proteger os ecossistemas periurbanos, de modo a frear a expansão desordenada, reduzir a poluição e reforçar a resiliência climática;

(vi) Estabelecer plataformas multissetoriais de resiliência urbana para a gestão do risco de desastres e riscos transfronteiriços, alinhadas com o Acordo de Paris, a Agenda 2030, a Agenda 2063 e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, e ampliar a aprendizagem entre pares através de iniciativas como a Tornando as Cidades Resilientes 2030;

(vii) Implantar infraestrutura pública digital para cidades inteligentes inclusivas;

(viii) Reforçar a receita própria das cidades, aproveitando plenamente o seu potencial econômico, apoiado pela digitalização, governança fundiária inclusiva e sensível ao gênero, captura de valor da terra e gestão financeira subnacional digitalizada, e mobilizar parcerias público-privadas para habitação, infraestrutura e tecnologia urbana;

(ix) Promover investimentos em cidades inclusivas, seguras, acessíveis e sustentáveis, nas quais crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis sejam protegidas de riscos físicos e ambientais, deslocamento e insegurança;

(e) Em relação às parcerias para os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063:

(i) Envolver-se efetivamente na Plataforma de Ação de Sevilha, lançada na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, liderando e contribuindo para iniciativas que promovam a mobilização inclusiva de recursos domésticos, a reforma sistêmica e o financiamento sustentável, incluindo financiamento misto, trocas de dívida e outras soluções de dívida, impulsionando assim a ação transformadora e coordenada para implementar a Agenda 2030 e a Agenda 2063;

(ii) Mobilizar a poupança doméstica e atrair investimento privado nacional e internacional e financiamento misto através de mecanismos regionais e instrumentos inovadores, inclusive através da implantação estratégica de recursos públicos, a fim de melhorar significativamente o cenário de financiamento do desenvolvimento de África;

(iii) Operacionalizar a agência africana de classificação de risco para atenuar os preconceitos sistêmicos nas avaliações de crédito globais, reduzir os custos de empréstimos e melhorar a confiança dos investidores;

(iv) Ampliar o financiamento misto sensível ao gênero e desenvolver mercados de capitais em moeda local, a fim de melhorar o acesso ao financiamento inclusivo na África;

(v) Desenvolver carteiras de projetos integrados e prontos para investimento alinhados com os planos nacionais, a Agenda 2030 e a Agenda 2063, inclusive reforçando a capacidade de planejar projetos, estruturar riscos e construir parcerias público-privadas;

(vi) Reconhecer a infraestrutura digital como um facilitador estratégico e essencial do crescimento econômico e integrar a expansão de tal infraestrutura no planejamento de desenvolvimento nacional, juntamente com a de outros setores de infraestrutura central, com vista a priorizar o investimento e abordar as lacunas de conectividade, inclusive, quando apropriado, através de apoio público direcionado;

(vii) Acelerar a implementação do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana e seu Protocolo sobre Comércio Digital, a redução de barreiras não tarifárias, a ampliação da facilitação do comércio e o fortalecimento dos sistemas de comércio digital;

(viii) Investir em infraestrutura de dados e tecnologias emergentes, tratando os sistemas de dados como infraestrutura pública crítica, e colmatar a divisão global de dados através da integração de fontes de dados emergentes nas estatísticas oficiais;

(ix) Ampliar os esforços de desenvolvimento de capacidades integrados, coordenados, liderados pelos países e focados nas instituições, com vista a impulsionar a implementação centrada nas pessoas e baseada nos direitos humanos e produzir resultados mais sustentáveis, especialmente nas áreas de integração regional, resiliência climática inclusiva, transformação digital sensível ao gênero e gestão da mudança;

(x) Dotar as organizações voluntárias e da sociedade civil dos recursos necessários para contribuir para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, integrar o voluntariado nas medições estatísticas e reforçar a defesa dos programas nacionais de voluntariado, com vista a otimizar tais contribuições e melhorar a recolha de dados;

(xi) Institucionalizar o orçamento sensível ao gênero e as reformas da gestão financeira pública, garantindo que recursos adequados sejam alocados às prioridades de igualdade de gênero nos orçamentos nacionais e subnacionais;

(f) Em relação à trigésima segunda sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima:

(i) Mobilizar e garantir a participação inclusiva, coordenada e eficaz da África na trigésima segunda sessão da Conferência, incluindo o engajamento de Chefes de Estado e de Governo e partes interessadas importantes;

(ii) Garantir que as promessas de financiamento climático se traduzam em entrega em escala com maior previsibilidade, acessibilidade e responsabilidade;

(iii) Alinhar o financiamento climático com as prioridades de resiliência e desenvolvimento sustentável, inclusive através de uma mudança de abordagens de curto prazo, baseadas em projetos, para um financiamento programático e de longo prazo que fortaleça os sistemas financeiros nacionais, apoie as prioridades regionais e trate o investimento em adaptação e resiliência como objetivos centrais de financiamento do desenvolvimento, não como ação climática suplementar;

(iv) Reconhecer a água como um caminho central para a adaptação climática, resiliência, redução do risco de desastres e recuperação de ecossistemas na África;

(v) Promover a equidade, transparência, acessibilidade e confiança como pilares na entrega do financiamento climático, garantindo que tal financiamento chegue a crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outras comunidades vulneráveis;

(vi) Promover reformas da arquitetura financeira internacional visando aumentar o acesso ao financiamento climático e aumentar a sua acessibilidade para os países africanos, inclusive através de modalidades de acesso simplificadas, aumento da concessionalidade e o alinhamento do financiamento multilateral e bilateral com as prioridades relacionadas ao desenvolvimento e resiliência na África;

(g) Em relação ao alcance do pleno emprego e trabalho decente para todos, redução da pobreza e proteção social na África, com base nos resultados da Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social:

(i) Desenvolver e apoiar iniciativas regionais e nacionais para implementar efetivamente os compromissos estabelecidos na Declaração Política de Doha da Cúpula Social Mundial sob o título Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e avaliar periodicamente o progresso feito, as lacunas que permanecem e as oportunidades para tomar as ações necessárias para cumprir esses compromissos;

(ii) Reforçar a cooperação regional e a aprendizagem entre pares sobre igualdade de gênero, proteção social, criação de emprego e crescimento inclusivo;

(iii) Reforçar os sistemas educativos em África, a fim de apoiar os jovens na transição da esfera da educação para o mercado de trabalho;

3. Instamos os países africanos a reforçarem a implementação integrada e eficaz da Agenda 2030 e da Agenda 2063 no período que antecede 2030, e a envolverem-se ativa e coletivamente na definição do quadro de desenvolvimento global pós-2030, garantindo que as prioridades, experiências e lições aprendidas africanas sejam plenamente refletidas;

4. Apelamos aos participantes na Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em 2027, para considerarem e assumirem, como parte dos resultados da Cúpula, os seguintes compromissos alinhados com as prioridades de África:

(a) Em relação ao avanço do desenvolvimento sustentável até 2030:

(i) Reafirmar a implementação plena e acelerada da Agenda 2030, em alinhamento com a Agenda 2063, reconhecendo a complementaridade das duas agendas e a sua visão partilhada de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável;

(ii) Acelerar o progresso em direção à transformação econômica inclusiva e baseada nos direitos humanos e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no período que antecede 2030, priorizando o financiamento adequado, previsível e acessível para o desenvolvimento, inclusive através de reformas da

arquitetura financeira global, o aumento do financiamento concessional e a redução dos custos de empréstimos para os países africanos;

(iii) Promover soluções de dívida ordenadas e abrangentes para os países africanos, incluindo reestruturação da dívida, dívida por desenvolvimento e trocas de dívida por clima, em apoio ao desenvolvimento sustentável inclusivo, sensível ao gênero e baseado nos direitos humanos, resiliência climática e estabilidade econômica a longo prazo;

(iv) Envolver-se ativa e estrategicamente na Plataforma de Ação de Sevilha, inclusive liderando e contribuindo para iniciativas que promovam o financiamento inclusivo, soluções de dívida e reforma sistêmica, com vista a impulsionar a implementação transformadora e coordenada da Agenda 2030 e da Agenda 2063;

(v) Promover a transformação econômica estrutural inclusiva, sensível ao gênero e baseada nos direitos humanos e o emprego produtivo como base para o desenvolvimento sustentável na África e, nesse sentido, ampliar os investimentos em caminhos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que priorizem o empoderamento de jovens, mulheres e grupos marginalizados, o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, industrialização, agregação de valor, processamento agroalimentar e de minerais, cadeias de valor regionais, implementação eficaz do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana e seu Protocolo sobre Mulheres e Jovens no Comércio, e criação de empregos, em particular para jovens e mulheres;

(vi) Reforçar o apoio às empresas lideradas por mulheres e por jovens através de instrumentos de financiamento adaptados, maior apoio ao ecossistema, maior participação na tomada de decisões econômicas e maior envolvimento em parcerias baseadas na confiança;

(vii) Promover a ação climática como uma prioridade de desenvolvimento integral, ampliando o financiamento climático focado na adaptação, operacionalizando plenamente os arranjos de financiamento para perdas e danos e integrando a resiliência climática sensível ao gênero e a redução do risco de desastres nas estratégias nacionais de desenvolvimento e nos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

(viii) Ampliar o investimento em educação, saúde, segurança hídrica, sistemas alimentares sustentáveis e ecossistemas saudáveis como um facilitador fundamental do desenvolvimento sustentável, incluindo o reforço do investimento no desenvolvimento de competências para a criação de emprego, fabricação local de produtos farmacêuticos, água limpa e saneamento, agricultura inteligente em relação ao clima e restauração de ecossistemas, apoiado por abordagens integradas de água, alimentação e energia;

(ix) Aumentar o apoio prestado às comunidades rurais e aos governos locais e subnacionais, inclusive através do aumento do financiamento e do desenvolvimento de capacidades, e facilitar a expansão de revisões nacionais e locais voluntárias baseadas em evidências que estejam ligadas à reforma oportuna e significativa dos processos de planejamento, orçamento, investimento e prestação de contas para acelerar a implementação da Agenda 2030;

(x) Aumentar o investimento nos sistemas estatísticos nacionais e subnacionais, na infraestrutura pública digital e na transferência de tecnologia, a fim de apoiar o crescimento inclusivo e a elaboração de políticas baseadas em evidências e a implementação de políticas, programas e outras intervenções para o cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063;

(xi) Ampliar o investimento em tecnologia e inovação, mobilizando eficazmente os recursos domésticos, inclusive através de tributação digital progressiva, administração pública digital e financiamento inovador;

(b) Em relação às considerações iniciais da África sobre a definição do quadro de desenvolvimento sustentável pós-2030:

(i) Defender que a África lidere e molde proativamente o quadro de desenvolvimento pós-2030 através de uma voz africana unificada que esteja fundamentada na Agenda 2063 e nas lições aprendidas da implementação da Agenda 2030 e que incorpore os direitos humanos e a dignidade no seu cerne,

refletindo as aspirações de desenvolvimento a longo prazo, promovendo ao mesmo tempo caminhos de desenvolvimento coordenados, liderados pelos países, centrados nas pessoas, baseados nos direitos humanos, específicos ao contexto e inclusivos que incorporem a participação significativa dos jovens à luz do seu papel central como impulsionadores da transformação do continente;

(ii) Abordar as principais prioridades da África em relação aos fundamentos do desenvolvimento humano (saúde, educação, igualdade de gênero, erradicação da pobreza e empregos), agricultura sustentável e sistemas alimentares, transição energética, indústria e infraestrutura, biodiversidade, terra, gestão ambiental e economias circulares, cidades sustentáveis, resiliência climática e justiça climática, tecnologia e transformação digital, sistemas de dados, governança, paz e parcerias globais;

(iii) Promover a adoção de métricas de progresso mais amplas, além do produto interno bruto, incluindo medidas de resiliência, inclusão, produtividade e sustentabilidade, a fim de melhor capturar as realidades do desenvolvimento na África;

(iv) Promover a soberania financeira dentro do quadro de desenvolvimento pós-2030, reformando a arquitetura financeira global, reforçando a mobilização de recursos domésticos e tomando medidas decisivas sobre fluxos financeiros ilícitos, incluindo o estabelecimento de mecanismos globais institucionalizados e previsíveis para o financiamento do desenvolvimento sustentável inclusivo pós-2030, incluindo instrumentos de resposta a crises, quadros de reestruturação da dívida baseados em regras e reforço da coordenação dos mutuários;

(v) Promover uma maior responsabilidade em relação aos meios de implementação de políticas, programas e outras intervenções para o cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063, incluindo através de compromissos relacionados com finanças, comércio, transferência de tecnologia, desenvolvimento de capacidades, reforço das instituições, transparência e governança baseada na dignidade, contra os quais o progresso é avaliado pelo seu impacto nas pessoas, especialmente os mais pobres, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados;

(vi) Reforçar e implementar mecanismos equilibrados de revisão e acompanhamento que avaliem tanto os resultados do desenvolvimento como os compromissos globais e, em particular, reforçar a visibilidade das revisões locais voluntárias juntamente com as revisões nacionais e melhorar as ligações com os fóruns regionais sobre desenvolvimento sustentável;

(vii) Destacar a necessidade de não deixar ninguém para trás, priorizando mulheres, jovens, pessoas com deficiência, populações deslocadas e comunidades que enfrentam vulnerabilidades climáticas e de subsistência;

(viii) Ampliar o financiamento para as cidades através de uma mobilização reforçada de recursos domésticos, mecanismos de financiamento inovadores e melhor acesso a fundos climáticos e de desenvolvimento, permitindo assim o desenvolvimento urbano sustentável, infraestrutura resiliente e crescimento econômico inclusivo;

(ix) Combater os fluxos financeiros ilícitos;

(x) Reforçar a cooperação regional, a coordenação, a aprendizagem entre pares e a participação em plataformas de revisão entre os Estados-Membros das Nações Unidas, entidades do sistema das Nações Unidas, a União Africana, as comunidades econômicas regionais, os bancos de desenvolvimento e atores não estatais, de modo a catalisar os esforços para enfrentar os desafios transfronteiriços, ampliar o investimento e implementar de forma coerente o quadro de desenvolvimento pós-2030;

(xi) Incorporar a resiliência e a equidade intergeracional, antecipar riscos sistêmicos, incluindo mudanças climáticas, mudanças demográficas e choques econômicos, e salvaguardar oportunidades para os jovens e as gerações futuras;

5. Instamos os membros da Comissão Econômica para a África a intensificarem os esforços, com o apoio da Comissão, de outras entidades das Nações Unidas e das equipes nacionais das Nações Unidas, da Comissão da União Africana, da Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para o

Desenvolvimento da África, das comunidades econômicas regionais, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros bancos regionais, e parceiros de desenvolvimento:

(a) Priorizar e ampliar o apoio às comunidades rurais e aos governos locais e subnacionais através do aumento do financiamento, do reforço do desenvolvimento de capacidades e da expansão sistemática de revisões nacionais e locais voluntárias ligadas aos processos de planejamento, orçamento e investimento, reconhecendo que o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende, em última análise, da entrega ao nível local;

(b) Colocar as crianças, os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e outras comunidades vulneráveis no centro da ação transformadora para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, reconhecendo que essas comunidades não são apenas beneficiárias, mas também cocriadoras, líderes e impulsionadoras do desenvolvimento sustentável, inclusive através de medidas para:

(i) Institucionalizar e reforçar os mecanismos para o engajamento de jovens e mulheres, em particular ao nível local, e garantir que a participação vá além da consulta para a tomada de decisões colaborativa e a prestação de contas, em linha com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento;

(ii) Integrar os jovens de forma significativa nos processos nacionais, regionais e locais de planejamento, implementação e revisão relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo as revisões nacionais e locais voluntárias;

(iii) Aumentar o investimento direcionado em iniciativas lideradas por mulheres e por jovens, empresas sociais e sistemas de inovação que forneçam soluções escaláveis em todos os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos da Agenda 2063;

(iv) Facilitar o acesso de mulheres e jovens a financiamento, tecnologia, mentoria e mercados, inclusive através de financiamento misto e parcerias público-privadas;

(v) Alinhar as políticas de educação, formação e mercado de trabalho de modo a dotar as jovens e os jovens de competências orientadas para o futuro, incluindo competências digitais, verdes e empreendedoras;

(vi) Reforçar o apoio aos jovens empreendedores, promovendo um ambiente favorável que incentive a inovação, facilite o uso mais generalizado de soluções digitais e salvaguarde os direitos de propriedade intelectual, inclusive através de melhor acesso a subsídios, capital de risco, mecanismos de financiamento misto e iniciativas de desenvolvimento de capacidades direcionadas, em particular iniciativas para jovens ao nível local;

(c) Facilitar a difusão de tecnologias digitais para empresas no setor informal e para micro, pequenas e médias empresas, inclusive alavancando e ampliando os serviços de extensão digital, em colaboração com o setor privado;

(d) Combater os fluxos financeiros ilícitos;

6. Apelamos aos coordenadores residentes das Nações Unidas e às equipes nacionais das Nações Unidas, trabalhando em conjunto com entidades de todo o sistema das Nações Unidas, tanto a nível global como regional, incluindo a Plataforma de Colaboração Regional para a África e as suas coligações baseadas em oportunidades e questões, a Comissão da União Africana, a Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, o Grupo de Trabalho Técnico da União Africana sobre a Agenda 2063, o Banco Africano de Desenvolvimento e outros bancos multilaterais africanos, e outros parceiros a:

(a) Intensificar os esforços para desenvolver planos integrados e mobilizar recursos para implementar esses planos, com vista a acelerar o progresso em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, juntamente com os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, centrando-se nas seis áreas em que as transições são necessárias para acelerar a consecução dos

Objetivos, nomeadamente sistemas alimentares inclusivos, acesso e acessibilidade à energia, conectividade digital, educação, empregos e proteção social, e mudança climática, perda de biodiversidade e poluição;

(b) Integrar plenamente os relatórios e a prestação de contas, inclusive para iniciativas e soluções do setor privado, através do uso sistemático de dados desdobrados por sexo, indicadores de gênero e marcadores de igualdade de gênero, evitando a duplicação e o desperdício de recursos;

(c) Trabalhar em conjunto e não em silos, como base para traduzir o compromisso partilhado em ação conjunta em escala, com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação;

(d) Apoiar os membros da Comissão Econômica para a África na mobilização de recursos para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, em alinhamento com o Segundo Plano Decenal de Implementação, a Estratégia de Mobilização de Recursos Domésticos 2025-2033 e a agenda de desenvolvimento global;

(e) Apoiar os membros da Comissão Econômica para a África a tornarem a mobilização de recursos domésticos centrada na juventude, garantindo que tal mobilização proporciona ganhos tangíveis em termos de educação, competências, empregos, empreendedorismo e inclusão digital;

(f) Promover abordagens de nexo clima-água-energia-alimento que reforcem a coerência política, a entrega e o financiamento de todo o governo, e que coloquem a água no centro da construção de resiliência, expandam o acesso à energia sustentável, apoiem sistemas alimentares resilientes e inclusivos, e minimizem os trade-offs (conflitos) entre setores e níveis de governança, com vista a acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos objetivos da Agenda 2063;

7. Solicitamos ao Governo das Maurícias que apresente as mensagens-chave e a presente declaração em nome da África ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável na sua reunião convocada sob os auspícios do Conselho Econômico e Social em Nova York, de 7 a 15 de julho de 2026, à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima na sua XXXI Sessão, a realizar em Antália, Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026, à Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, coorganizada pelo Senegal e pelos Emirados Árabes Unidos, a realizar nos Emirados Árabes Unidos de 2 a 4 de dezembro de 2026, à Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a realizar em Nova York em 2027, e em outros fóruns globais, regionais e sub-regionais relevantes, a fim de defender o acompanhamento dos resultados do 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável e a implementação acelerada da Agenda 2030 e da Agenda 2063, em particular o seu Segundo Plano Decenal de Implementação.